

**ANA CÉLIA COLLE**  
**MARLENE MAYER ALVES DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO EDUCATIVA NA FORMAÇÃO DAS EDUCANDAS  
DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA**

**CURITIBA**  
**2000**

**ANA CÉLIA COLLE**  
**MARLENE MAYER ALVES DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO EDUCATIVA NA FORMAÇÃO DAS EDUCANDAS  
DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA**

Monografia elaborada para o Curso de Especialização de Educadores da Criança e do Adolescente em Situação de Risco ou em Programas Sócios Preventivos, do Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Sônia Guariza Miranda.

Curitiba  
Maio, 2000

*“As crianças precisam de pão e de rosas. O pão do corpo, que mantém o indivíduo em boa saúde fisiológica.*

*O pão do espírito, a que chamamos instrução, conhecimentos, conquistas técnicas, esse mínimo sem o qual se corre o risco de não conseguirmos a desejável saúde intelectual.*

*E as rosas também – não por luxo, mas por necessidade vital. (...)*

*As crianças têm necessidade de pão, pão do corpo e do pão do espírito, mas necessitam ainda mais do teu olhar, da tua voz, do teu pensamento e da tua promessa. Precisam sentir que encontraram, em ti e na tua escola, a ressonância de falar a alguém que escute, de escrever a alguém que as leia ou as compreenda, de produzir alguma coisa de útil e de belo que é a expressão de tudo o que nelas trazem de generoso e superior.”*

(FREINET (1985, citado por ELIAS, 1996)

## RESUMO

A República Nova Esperança foi a primeira casa para meninas, da Secretaria Municipal da Criança e hoje, incorpora-se à Rede Municipal de Abrigos de Curitiba, tendo motivado o presente estudo face à sua história peculiar de acolhimento e contribuições a favor da juventude vitimizada. Com base em entrevistas, observações e consultas a documentos, a pesquisa rumou para uma análise qualitativa da ação educativa desenvolvida, identificando-se os elementos mais significativos dessa prática educacional que contribuem para a socialização das educandas. Nessa perspectiva, o embasamento teórico alinhou uma interpretação psicanalítica, uma abordagem existencial humanística e um viés sócio – histórico, conforme a demanda de compreensão das categorias estudadas, e a partir de opções teórico-metodológicas das autoras do estudo.

## APRESENTAÇÃO

Durante todas as etapas desta pesquisa, estiveram presentes a investigação dos elementos constitutivos do processo de ressocialização das educandas, a partir da análise da prática social concreta do Abrigo República Nova Esperança.

A investigação se deu fundamentalmente a partir de observações *in loco* e entrevistas realizadas com educadores, educandas e ex-educanda.

Considerando-se a complexidade que é o processo educativo em qualquer esfera do desenvolvimento humano, uma investigação nessa área, como em qualquer outra, é sempre vulnerável ao referencial teórico e ao contexto histórico de quem analisa.

A escolha das autoras, no capítulo das análises, pela produção de três interpretações teórico – metodológicas justifica-se pela formação de ambas em psicologia e pelos eixos teóricos que predominavam em sua atuação profissional, resultando em:

- uma interpretação psicanalítica, para tratar da exclusão social, do indivíduo por si mesmo e da construção da autonomia responsável;
- uma interpretação da psicologia existencial, para abordar a relação educador – educanda, com ênfase na afetividade;
- e uma interpretação sócio – histórica, que fundamenta a incorporação do processo de disciplina na vivência pedagógica do abrigo.

Esta diversidade teórico–metodológica possibilitou um conjunto de reflexões que favorecem o aprofundamento e compreensão do objeto de pesquisa, levando as autoras a concluir que há uma conexão entre a relação de confiança advinda do vínculo afetivo entre educador – educanda, com a assimilação da disciplina a favor da autonomia responsável das educandas.

# SUMÁRIO

## Apresentação

1. Justificativa e delimitação do objeto de estudo .....	7
2. Objetivos .....	7
3. Metodologia .....	8
4. Revisão de literatura .....	9
5. Caracterização da República Nova Esperança .....	12
5.1. Histórico.....	12
5.2. Descrição do espaço físico .....	15
5.3. Funcionamento atual da República Nova Esperança .....	16
5.4. Caracterização do atendimento .....	19
5.5. Descrição das oficinas .....	20
5.5.1. Oficinas nucleares .....	21
5.5.2. Oficina complementares.....	23
6. Análise da proposta da República Nova Esperança .....	25
6.1. Uma interpretação psicanalítica da proposta da República Nova Esperança .....	25
6.1.1. Da Exclusão Social à Exclusão do Indivíduo por si mesmo .....	25
6.1.2. A Construção da Autonomia Responsável .....	31
6.2. Uma interpretação Existencial Humanista da Proposta da República Nova Esperança .....	33
6.2.1. A Favor da Auto-Estima .....	33
6.2.2. A relação Educador/Educanda .....	36
6.3. Uma Interpretação Sócio-Histórica da Proposta da República Nova Esperança ..	41
6.3.1. Convivência Coletiva e a Disciplina.....	41
7. Considerações Finais .....	46
8. Bibliografia .....	48
9. Anexos	

## **1. JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

A violação de direitos humanos, especialmente na área da infância e juventude, no Brasil, tem apontado para a necessidade de implementação de programas sociais que atendam qualitativamente aos direitos fundamentais desses cidadãos.

Nesta perspectiva, adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social requerem da sociedade em geral e do Poder Público, medidas de proteção especial. O Abrigo constitui-se em uma dessas medidas e caracteriza-se principalmente por ser uma guarda institucionalizada como prevê o artigo 101<sup>1</sup>, parágrafo único do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A presente pesquisa pretende investigar na prática social concreta do Abrigo República Nova Esperança, os elementos constitutivos do processo de ressocialização das educandas, sendo a ação educativa o elemento fundamental da formação das adolescentes, atendidas em sistema de abrigo de permanência continuada.

As análises do presente estudo poderão contribuir para a formulação de uma proposta pedagógica aplicada à Rede de Abrigos de Curitiba, bem como, nortear as reflexões sobre essa prática junto aos profissionais da área, identificando os fatores que levam a resultados positivos e negativos deste processo.

## **2. OBJETIVOS**

2.1 - Investigar na prática social concreta do Abrigo República Nova Esperança, os elementos constitutivos do processo de ressocialização das educandas.

2.2 - Identificar os fatores que interferem positiva e negativamente na prática educativa.

2.3 - Avaliar a importância da função do educador na relação com a educanda.

---

<sup>1</sup> Art. 101 – Parágrafo único: O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, implicando em privação de liberdade.

2.4 - Fornecer subsídios teóricos que instrumentalizem a formulação de uma proposta pedagógica para o Programa de Abrigos de Curitiba.

### **3. METODOLOGIA**

Para o presente trabalho utilizou-se do estudo de caso enquanto modalidade de pesquisa qualitativa. Entende-se que esta abordagem favorece a apropriação de conteúdos significativos do cotidiano vivenciado, os quais subsidiam a reflexão teórico - prática voltada para o processo educativo do Abrigo.

Os primeiros encontros serviram para a familiarização com o ambiente da casa e aproximação das pesquisadoras com as educandas, no sentido de conquistar um clima propício para a realização das observações e entrevistas. Após as apresentações necessárias, esclarecimento dos objetivos do trabalho e identificação de momentos adequados para as entrevistas, conforme disponibilidade de horários e permanência dos sujeitos na casa, iniciou-se a coleta de dados através de entrevistas.

Inicialmente, as entrevistas foram gravadas, mas as pesquisadoras perceberam que a gravação inibia as respostas de alguns sujeitos, então optou-se por entrevistas anotadas. Algumas vezes elas foram individuais, outras, coletivas; ora por uma pesquisadora, ora na presença das duas.

As respostas foram anotadas na presença dos sujeitos, sem maiores constrangimentos para os entrevistados, sendo que muitas expressões foram colhidas integralmente.

O período de observação e permanência das pesquisadoras na casa, para entrevistas, estendeu-se de novembro de 1999 a janeiro de 2000, em horários e dias diferenciados de atividades internas, tais como: férias escolares, horários de refeições, períodos noturnos, festas comemorativas; exceto rotinas de final de semana e feriados, respeitando-se as deliberações da diretora da casa e a disponibilidade de tempo das entrevistadoras.

As entrevistas foram realizadas com cinco educadores, com a diretora e a assistente social, onze educandas e uma ex-moradora. Um roteiro previamente elaborado (anexo 1) serviu de instrumento para perguntas norteadoras das questões de rotina da casa, cotidiano de estudo e trabalho, histórias pessoais, perspectivas de futuro e sondagem das práticas educativas da República Nova Esperança.

Também foram utilizados na investigação, documentos fornecidos pela diretora da casa, tais como: livro de registros diários das atividades da casa, relatório de reuniões com educadores e Regimento Interno da República Nova Esperança, assim como a versão preliminar da Normatização dos Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo, elaborada pela Secretaria Municipal da Criança de Curitiba.

#### 4. REVISÃO DE LITERATURA

A escolha epistemológica que norteou a pesquisa remeteu à busca de fontes teóricas que tratassem do abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes, da integração educador / educando no espaço educativo e da aquisição de hábitos saudáveis a favor da vida e da cidadania. Foram enfatizados os processos de crescimento pessoal e social, estimulados pela afetividade, e uma breve configuração dos papéis que os indivíduos assumem nessa interação.

ZILIOTO e CARVALHO (1993: 20, 23, 33) alertam para a essência do abrigo enquanto medida de proteção presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, constituída de uma nova forma de ação, de atendimento personalizado em pequenas unidades inseridas na comunidade:

*“O abrigo foi pensado para acabar com os prisioneiros sociais. Uma criança ou jovem em estado de abandono não pode ser privado de liberdade por motivos sociais. Precisa de proteção e apoio na medida em que não*

*pode ser responsabilizado pela situação em que se encontra (...)*

*Certamente a provisoriedade e a transitoriedade são circunstâncias vividas no abrigo, mas esta provisoriedade está inteiramente relacionada à história singular de cada criança e no projeto de vida que se puder construir com ela. Assim como existem crianças que terão uma permanência breve, que pode durar horas ou dias, existem crianças e/ou adolescentes que terão uma permanência continuada, que pode durar meses ou anos (...).*

*As casas de abrigo de permanência continuada destinam-se tanto a crianças e adolescentes que, tendo passado por um abrigo de permanência breve, não possuem condições favoráveis à integração familiar a curto prazo; quanto para crianças órfãs e ou abandonadas que, por diversos motivos, não conseguiram ainda ser colocadas numa família substituta (...).*

*Isto significa que o abrigo de permanência continuada é um espaço que se constitui num ponto de referência para a criança e/ou adolescente, onde seu projeto de vida deve ser construído, a partir das relações que estabelece com outras crianças, adolescentes e adultos tanto no abrigo, quanto na comunidade.*

*Se esses vínculos se tornam positivos, com certeza esses jovens, mesmo depois de desligados do abrigo, poderão retornar em busca de estímulo, afetividade ou orientação. Assim é importante que a equipe se organize e estabeleça como será esta relação.*

*(ZILIOTO & CARVALHO, 1993: 20, 23, 33).*

Ao iniciar os estudos de pesquisa, evidenciou-se o contexto social, político e econômico, que conduziu as educandas da República Nova Esperança a possuírem em suas histórias, vivências de rua.

Uma compreensão aprofundada desta realidade fazia-se necessária. Foi em GENTILI e TOMAZ (1995: 20 e 22) que foram encontradas referências teóricas que apontam para uma

perspectiva baseada no neoliberalismo “é neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades, mercadorias de diversas índoles. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o consumidor.”

Sendo assim, aquele que não consumir não é considerado cidadão, portanto, este é o ponto de partida para todo processo de exclusão social.

Numa visão psicanalítica buscou-se a compreensão do conjunto de intercâmbios formadores do vínculo afetivo, a que GARCIA (1988:50) denomina de ontogenia da relação e em SHAFLEER (interpretado por FERREIRA, 1983:9) que deixa clara a possibilidade do estabelecimento de novas relações também na adolescência e vida adulta.

Para a compreensão das relações reais entre os indivíduos, o aporte Existencial Humanista da Pedagogia da Presença convoca para a ação a pessoa humana, o educador, o cidadão.

*“Fazer-se presente na vida do educando é o ato fundamental da ação educativa dirigida ao adolescente em situação de dificuldade pessoal e social. (...)”*

*A palavra presença, embora não seja de uso freqüente no domínio da pedagogia, apresenta um conteúdo relacional que faz dela a mais exigente das realidades. Após inteirar-se do passado e das condições de vida e luta pela sobrevivência de numerosos adolescentes em dificuldade, é possível constatar que a maioria não vivenciou (ignora) ou vivenciou de forma muito precária o continente estável e fiel de um afeto cotidiano, ou seja, não teve acesso aos bens de presença. Está longe de sua experiência a consciência de quem na vida tem valor para alguém, faz alguém feliz.”*

(COSTA, 1991: 16, 23)

Ao se tratar da convivência coletiva e da disciplina, as contribuições teóricas de MAKARENKO e GRAMSCI valorizam os elementos essenciais do processo educativo (educandos, educador e comunidade/meio), numa abordagem Sócio – Histórica desse sistema:

*“Todo educador deve saber exatamente o que quer do coletivo em cada momento da sua vida e como fazer para identificar esse momento. (...) Quanto mais abrangente o coletivo, cujas perspectivas sociais se transformam em perspectivas pessoais próprias do homem, tanto mais belo é o homem, mais elevada a sua posição.*

*Educar o ser humano significa capacitá-lo para utilizar adequadamente seu tempo imediato. A metodologia deste trabalho consiste em organizar novas perspectivas imediatas, em utilizar aquelas que já temos e planejar, pouco a pouco, outras mais longínquas e profundas. (MAKARENKO, citado por CAPRILES, 1989: 7)*

*Para GRAMSCI, a disciplina não é o oposto da liberdade e tampouco algo que pode ser fixado de fora, do exterior. Ao contrário, disciplinar-se é tornar-se independente e livre. (...) O que GRAMSCI persegue com isso é a união da direção consciente e da espontaneidade. Isso só pode ser alcançado se a disciplina for fixada pelos próprios membros da coletividade que devem pôr-se de acordo entre si, discutindo entre si com a máxima tolerância e respeito. (GRAMSCI, citado por FRANCO, 1986: 3).*

## **5. CARACTERIZAÇÃO DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA**

### **5.1 Histórico**

Em 1989 foi criada a Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, com o objetivo de prestar atendimento integral a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Curitiba, possuía 1.315.035 habitantes e contava com uma população de aproximadamente 500 crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Em 1990, a Prefeitura Municipal de Curitiba realizou concurso público, criando o cargo de Assistente de Desenvolvimento Social, cujo requisito foi de 2º grau completo. A função destinou-se às ações educativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente nos programas de abordagem nas ruas e em abrigos, mais especificamente, pois os profissionais deste nível também puderam ser absorvidos nos cargos de diretores de unidades de atendimento infantil.

A casa do Piá, criada em 1990, ainda hoje possui uma proposta de continuidade do trabalho que inicialmente ocorreu nas ruas de Curitiba; é o local para onde são encaminhados crianças e adolescentes, do sexo masculino, abordados nas ruas e que aceitam freqüentar o abrigo de permanência breve. Contudo, ocorreram muitos problemas na Casa do Piá, ao longo de sua história, incidindo no seu fechamento em 1991, para a reestruturação de um novo modelo de funcionamento. A partir de levantamento informal, realizado naquela ocasião pela equipe de educadores sociais da Secretaria Municipal da Criança, constatou-se que o número de crianças e adolescentes que viviam nas ruas, em Curitiba, do sexo masculino e na faixa etária entre 7 a 18 anos era significativamente maior do que do sexo feminino. Portanto, a Casa do Piá que, até então, atendia crianças e adolescentes de ambos os sexos, passou a atender somente meninos daquela faixa etária. O processo de reestruturação teve duração aproximadamente de 6 meses, fazendo-se necessária a continuidade do atendimento para aqueles que já estavam sendo atendidos, e que já haviam estabelecido um vínculo com os educadores durante sua permanência na casa do Piá e nas abordagens de rua. Foi então, criado o **Projeto Brincando na Rua**, com o objetivo de preservar o vínculo entre educadores e educandos, bem como, envolver outras crianças e adolescentes que ainda permaneciam nas ruas. Participavam das atividades de lazer desenvolvidas, sob a orientação de educadores, em espaços abertos, tais como praças e logradouros públicos, onde costumavam reunir-se, aproximadamente, 60 crianças e adolescentes.

Concluído o processo de reestruturação da Casa do Piá e com a chegada do inverno, os meninos voltaram para a instituição e 25 meninas, na faixa etária entre 14 a 17 anos foram, em julho de 1992, para o Lar Esperança, situado no Campo Comprido e administrado em parceria com a Organização Não Governamental: Confederação Evangélica do Paraná. Lá eram realizadas atividades educativas e de lazer e as educandas deveriam zelar pela higiene e organização do espaço, participar do preparo de alimentos, e freqüentar a escola e cursos profissionalizantes ofertados pela Escola Campo Comprido.

Ainda no Lar Esperança, as educadoras timidamente iniciavam um processo de maior cuidado consigo mesmas e com seus pertences. Pareciam, também, estabelecer vínculo

com o próprio local, permanecendo por mais tempo na casa, isto é, espaçando seus retornos às ruas e a dependência às drogas estava amenizada. Acreditava-se que estas pequenas alterações de comportamentos ocorriam em virtude de ações educativas voltadas para a auto-estima e a perspectiva de uma nova casa, onde as educandas poderiam sentir-se em sua verdadeira residência, o que gerava nas educandas nova motivação.

Contudo, naquele período, vários outros problemas surgiam. O preconceito da comunidade, aliada ao dos próprios funcionários do Lar, exerciam pressão para a retirada das educandas, culminando em uma passeata formada por membros da comunidade que exigiram o afastamento imediato das educandas.

Houve a necessidade da intervenção do juiz da Infância e Juventude, bem como, de representantes da Secretaria Municipal da Casa da Criança e da Guarda Municipal.

A partir deste fato, definiu-se a data de desocupação do local e 13 educandas<sup>2</sup> passaram a ser atendidas por uma unidade desativada do Projeto Piá em Santa Cândida, atualmente, a República Nova Esperança.

Foram necessárias várias reformas, pois tratava-se de um barracão abandonado, sem paredes divisórias, de piso bruto e vidraças quebradas. Contudo, na data prevista, o local estava mobiliado (pela Texaco do Brasil), em plenas condições de moradia.

A implantação da República Nova Esperança em 10/02/94, ocorreu a partir de uma reivindicação das próprias educandas que exigiam um espaço que não estivesse caracterizado como instituição e sim como o local de moradia.

Devia-se compreender, havia ali um pedido implícito de uma nova chance, na tentativa de um resgate de valores que viesse contribuir na construção de novos objetivos e, conseqüentemente na condução de suas vidas.

As experiências anteriores mostraram a necessidade de realizar um trabalho de busca de aceitação junto à comunidade, antes mesmo da República se estabelecer como um local de moradia de meninas ex-moradoras de rua, que iriam participar daquela comunidade, dividindo os mesmos espaços na escola, no posto de saúde, na igreja, nos estabelecimentos comerciais etc. O trabalho deu-se naqueles locais, realizado pela diretora da unidade em conjunto com as próprias educandas, com o objetivo de fazer conhecer a proposta de trabalho, bem como, de tentar uma aproximação com os futuros vizinhos.

---

<sup>2</sup> Os companheiros das 12 outras educandas não permitiram, proibindo-as de permanecerem na República Nova Esperança.

O trabalho interno se deu através de reuniões entre educadores e educandas, para o estabelecimento de normas que envolviam as atribuições e responsabilidades de cada uma sobre o funcionamento da unidade.

Quanto às suas próprias atitudes, as educandas deveriam assinar um termo de compromisso, onde se declaravam dispostas a adotarem novos comportamentos, quanto a frequência à escola, trabalho e, principalmente, abstenção do uso de drogas e de idas ao centro da cidade.

Por outro lado, deveria haver um voto de confiança por parte da gestão da Prefeitura e demais autoridades, no sentido de fazer valer a reivindicação da unidade ser um local de moradia e, portanto, a Guarda Municipal, que permanecia ali por 24 horas na entrada da casa, deveria ser dispensada. Após a experiência de uma semana sem problemas, a Guarda foi definitivamente dispensada.

Atualmente, a República Nova Esperança possui um caráter eminentemente de proteção, proporcionando a 18 adolescentes do sexo feminino, na faixa etária entre 14 a 18 anos, sem vínculo familiar ou com vínculo familiar precário, o atendimento de necessidades básicas e a formação sócio-educacional.

### **5.2.1 Descrição do Espaço Físico**

A República Nova Esperança está situada à Rua Benedito Saddak de Sá, s/ nº, Santa Cândida, Curitiba – Paraná, com previsão de mudança para a Rua Francisco Favaro, 50, Santa Cândida no início do ano 2000. A casa é integralmente mantida pela Prefeitura Municipal da Curitiba<sup>3</sup>, sendo que o terreno e o imóvel constituem patrimônio exclusivo da mesma.

Cabe salientar, como já foi dito, que os equipamentos e imobiliários foram cedidos pela Texaco do Brasil S/A.

---

<sup>3</sup> Envolvendo despesas com luz, água, telefone, alimentação, vestuário, medicamentos e funcionários, com custo mensal de aproximadamente R\$ 7.300,00 e percapta de R\$ 559,30, no período em que foi realizado este estudo.

O imóvel possui uma sala de visitas, onde estão colocadas nas paredes e em cima de móveis, fotos das moradoras e ex-moradoras, em várias situações, inclusive de festas organizadas pela própria República, de algumas educandas que completaram 15 anos.

A outra sala é o local onde são feitas as refeições, possuindo uma mesa grande com bancos de madeira, cartazes com escalas de atividades das educandas, móveis nos quais são guardadas as louças, e um armário com divisórias para o material escolar.

Em seguida, há uma cozinha pequena, com armários, uma pia de tamanho médio, um fogão industrial, geladeira e uma pequena mesa. A cozinha possui pouca ventilação.

Os dormitórios possuem 4 e 5 camas beliches respectivamente e 3 guarda-roupas em cada um dos quartos. A falta de espaço nos guarda-roupas leva a uma constante desordem nos pertences das educandas, causando conflitos entre elas.

Os banheiros são em número de dois, sendo que apenas um deles possui chuveiro. Este é outro fator que leva a transtornos na organização do cotidiano da casa, em virtude dos constantes reparos e troca dos chuveiros, necessários em virtude da sobrecarga diária.

Há ainda uma pequena sala, onde a diretora da casa trata de assuntos administrativos.

O pátio possui uma rede de volei, uma cesta de basquete e, no fundo há um canil com um cachorro Pastor Alemão, que pertence às educandas.

### **5.3 Funcionamento Atual da República Nova Esperança**

A República Nova Esperança obedece à normas que foram inicialmente estudadas e elaboradas pelas próprias educandas e equipe de profissionais da República e da Secretaria Municipal da Criança, resultando no Regimento Interno<sup>4</sup>. O Regimento localiza a República Nova Esperança no espaço, define seus objetivos, norteia quanto aos princípios e organização, orienta as funções de cada profissional que compõe a equipe de funcionários e aponta para procedimentos voltados às educandas referentes a:

- condições de ingresso

---

<sup>4</sup> Anexo nº 02

- direitos e deveres
- disciplina
- desligamento

Um aspecto bastante importante, e que não poderia deixar de estar citado, refere-se a aplicação do Regimento Interno que mostra a evolução do trabalho educativo.

Em virtude da mudança de comportamento das educandas, alguns dos artigos que nele constam estão hoje em desuso. São eles:

Art. 23 – A entrada de qualquer objeto (seja presente, compra ou doação) só será permitida mediante a apresentação de nota fiscal, telefone ou endereço do doador.

1º O não cumprimento desta norma, implica na apreensão do objeto, pelo prazo máximo de 2 dias. Após será encaminhado à Secretaria Municipal da Criança, para os devidos procedimentos, em parceria com o conselho Tutelar, junto aos órgãos competentes.

Art. 24 – Em hipótese alguma será permitida a entrada de educandas drogadas ou alcoolizadas, as mesmas serão encaminhadas à Clínica Heidelberg ou, aguardarão na FAS/SOS.

1º A proibição dá-se ao fato da mesma “não responder pelos seus atos” e colocar em risco a rotina diária da República.

Quanto à disciplina, o art. 25 estabelece os comportamentos considerados inadequados, contudo, serão apontados apenas aqueles que não são mais realizados pelas educandas. São eles:

VII – comércio de objetos entre as educandas.

VIII – Pagamento por realização de tarefas de sua competência.

X – Uso e/ou porte de drogas.

XI – Uso e/ou porte de armas ou objetos que possam causar problemas à República e/ou à comunidade.

Contudo, outras regras foram necessariamente aplicadas para facilitar a organização da rotina da casa. A República Nova Esperança possui atualmente como referenciais básicos da prática educacional, regras que apontam para as responsabilidades de cada educanda quanto ao andamento da casa e às relações entre educandas x educandas e educandas x educadores.

Cabe salientar que, estas regras podem sofrer alterações ou serem substituídas por outras, a partir da situação que esteja sendo vivida pelo grupo e pela equipe de funcionários.

Educandas e educadores reúnem-se semanalmente para a definição ou supressão de regras, bem como, para a avaliação de todo o processo.

Quanto à organização e limpeza, atualmente cada educanda é responsável pela lavagem de suas próprias roupas; somente as roupas de cama e de banho podem ser lavadas na máquina, o que deve obedecer a dia e horário determinado.

A limpeza interna e externa da casa obedece a uma escala que é realizada pelas educandas.

Entretanto, o banheiro deve ser permanentemente limpo após a sua utilização.

Durante a semana, as educandas apenas auxiliam no preparo de alimentos, mas nos finais de semana, são elas que preparam a alimentação.

As educandas devem acordar em horário determinado e, antes de fazer a primeira refeição do dia, devem arrumar suas camas.

Foi estipulado horário para uso do telefone.

Os namorados devem pedir permissão à diretora da casa para namorar e obedecer os horários de finais de semana. As educandas só podem sair com os namorados se tiverem comportamentos adequados às regras da casa.

O educador deverá acompanhar as educandas nos locais para dançar.

Nas festas realizadas pela casa, só poderão comparecer aqueles convidados que a direção autorizar.

A cada 15 dias, as educandas realizam visitas às suas famílias e, somente com autorização da direção é que poderá ir acompanhada de outra educanda da casa.

Todas as educandas freqüentam o ensino formal, pois é esta uma condição para a permanência na casa. Cabe salientar que todas obtiveram aprovação em 1.999.

Com idade acima de 16 anos são 11 adolescentes, 9 trabalham e auxiliam nas despesas da casa com pequenas contribuições quando necessário e com 10% do seu salário, sendo que o grupo é quem decide como e onde será aplicado.

As educandas que não trabalham, participam de várias outras atividades, ofertadas pela comunidade, no contraturno escolar. Atividades estas que vão desde cursos de computação, desenho, violão, canto, inglês, volei, teatro e escotismo, até catequese e psicoterapia individual.

A partir de 1994, desde a sua implantação, a República Nova Esperança recebeu 119 educandas, sendo que 64 delas foram recambiadas para o seu local de origem, 6 não se

adaptaram ao processo educativo ofertado pelos programas para adolescentes em situação de risco de Curitiba, permanecendo nas ruas. As demais educandas voltaram a viver com suas famílias de origem ou constituíram suas próprias famílias.

Deste universo, a grande maioria mantém vínculo com a casa, através de visitas e contatos telefônicos.

#### **5.4 Caracterização do Atendimento**

Por tratar-se de uma República, estão presentes alguns dos princípios de auto-gestão. Durante os 6 anos de construção do processo educativo em sistema de abrigo, a República Nova Esperança, hoje como um abrigo de permanência continuada, oferece atendimento integral prestado às educandas que foram previamente preparadas pelos abrigos de permanência breve<sup>5</sup> para vivenciarem uma situação estável, tornando-se capazes de estabelecer vínculos e de traçar novos objetivos de vida.

As educandas que vêm encaminhadas pelos Abrigos de Permanência Breve, passam por um processo de adaptação através de aproximações sucessivas, isto é, através de visitas de finais de semana ou de apenas um período do dia. Casos esporádicos são também encaminhados à República Nova Esperança pelo programa SOS Criança e Juizado da Infância e Juventude, não sendo possível, então, ofertar um período de adaptação.

A República Nova Esperança conta com uma equipe de 12 funcionários, de ambos os sexos, sendo que uma das educadoras sociais é responsável pela direção da República e 8 deles são responsáveis pelas oficinas, onde são desenvolvidas atividades sistemáticas.

O horário de trabalho dos educadores é dividido em 2 turnos, sendo que 4 destes profissionais, fazem escala de 12 por 36 horas e os demais intercalam-se durante o dia.

---

<sup>5</sup> Abrigos de Permanência Breve: prestam atendimento integral a crianças e adolescentes, cuja procedência é a rua e passam por um processo de preparação para o sistema de república.

A assistente social faz o horário das 8:00 às 18:00 horas e os 2 cozinheiros intercalam-se durante a semana em escala de 12 por 36 horas, das 7:00 às 19:00 horas e mais uma cozinheira, cuja jornada é das 9:00 às 18:00 horas.

A direção, a assistente social e os educadores são permanentemente qualificados pela Secretaria Municipal da Criança em parceria com o Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP).

Todos os educadores sociais devem participar dos módulos de estudos, nos quais são abordados assuntos sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS e de outros módulos sobre as oficinas que fazem parte da rotina diária da República Nova Esperança.

A diretora da casa participa de supervisão teórico-prática realizada em conjunto com os demais diretores de abrigos. Estes encontros são conduzidos por um profissional da área de Psicologia.

## **5.5 Descrição das Oficinas**

Os espaços de educação permanente constituídos e oferecidos pela comunidade, são freqüentados pelas educandas. Além da freqüência obrigatória no ensino formal, cursos de arte de várias modalidades, bem como os de profissionalização são também freqüentados por elas. Contudo, espaços específicos de trabalho educativo e sistemático são organizados e coordenados pelos educadores, para reflexão e aprofundamento, articulando a teoria à prática educacional. Estes momentos são denominados de oficinas.

Atualmente são duas oficinas nucleares (Oficina de Formação Pessoal e Social e de Acompanhamento Escolar) que norteiam a ação educativa, as demais são oficinas complementares, que a República Nova Esperança desenvolve sistematicamente.

### 5.5.1 Oficinas Nucleares

- Oficina de Formação Pessoal e Social

Objetivo:

Fortalecer a identidade da educanda como sujeito histórico, consciente das dificuldades que encontrará no processo de sua formação social e pessoal.

Conteúdos:

- Concepção Histórica do homem
- Construindo as Relações Humanas Sociais: Cumprimento das normas estabelecidas.
- Identidade
- Valores
- Conhecendo e atendendo seus direitos e deveres
- Cuidando da saúde – AIDS, gestação, masturbação, prostituição, hábitos de higiene pessoal
- Drogadição
- Preparação para o trabalho
- Organização de eventos e passeios, cumprimento das normas estabelecidas no regimento interno
- Estimular o desenvolvimento de atividades domésticas como:
  - Limpeza e conservação do espaço coletivo interno e externo da instituição;
  - Organização de escala quinzenal de funções para as educandas;
  - Costura (manutenção de vestuário e conhecimento dos diversos materiais de costura);
  - Manutenção do pátio (corte de gramas, plantio de árvores, flores...);
  - Organização dos vestuários (guarda-roupas);
  - Arrumação dos armários (cozinha, sala e quartos);
  - Manutenção da despensa (limpeza e organização);
  - Visitas à Supermercados;

- Conhecimento sobre os custos de manutenção de uma casa, incluindo luz e água.

<b>Horário: Quintas-feiras</b>	
Manhã	Tarde
9h30 às 11h30	14h00 às 16h00

- Oficina de Acompanhamento Escolar

O acompanhamento do processo de aprendizagem dos educandos será realizado de maneira sistemática, através de contatos com os diferentes profissionais da escola. Neles é importante que o educador obtenha informações relativas às principais dificuldades e conquistas da educanda, desempenho intelectual, comportamento emocional, social, frequência e participação nas atividades, registrando estes dados que compõe o histórico escolar de cada educando.

É importante também garantir um espaço onde as tarefas escolares possam ser feitas e o educando estude os conteúdos trabalhados.

Objetivo:

Oportunizar às educandas da República, acompanhamento sistemático das atividades escolares, bem como, envolvê-las no retorno e permanência na escola.

Conteúdos:

Descobrimo a Escola

- Buscando um significado para retornar à Escola
- Chegando à Escola
- Estudar: um esforço necessário
- Fracasso escolar

### Apoio Escolar

- Alfabetização
- Língua Portuguesa
- Matemática
- História
- Geografia
- Ciências

<b>Horário: quartas e quintas-feiras</b>	
Manhã	Tarde
9h00 às 11h00 (quarta-feira)	15h00 às 16h00 (quarta-feira) 15h00 às 18h00 (quinta-feira)

### 5.5.2 Oficinas Complementares

São planejadas de acordo com o interesse das educandas, e habilidades das educadoras.

- Oficina da Espiritualidade

Esta oficina pretende resgatar os valores universais através de orientação religiosa, abrindo o espaço para pessoas da comunidade de várias religiões

<b>Horário: quintas-feiras</b>
Noite
20h00 às 21h30

- Oficina de Artes

As atividades desta oficina são desenvolvidas a partir de programas apresentados pela televisão ou em fita de vídeo para abordar assuntos diversos sobre a atualidade, violência, drogas sexualidade, comportamento social, bem como, assuntos referentes a cultura, música, teatro, dança e artes em geral.

### I – Objetivos

- a) Desenvolvimento e organização de atividades lúdicas, que propiciem às educandas a compreensão e prática do processo criativo, voltadas para:
- 1) Artesanato: confecção de técnicas como pinturas, desenhos, modelagem;
  - 2) Recreação: Estimular a prática de esportes como voleibol, basquetebol e do escotismo, dessa forma se buscará um ambiente mais descontraído e alegre;
  - 3) Teatro: trabalhar e desenvolver, junto às educandas, dramatizações de situações vivenciadas no dia-a-dia, possibilitando a compreensão e reflexão do contexto sócio cultural em que estão inseridas;
  - 4) Museus: Planejamento de visitas eventuais que possibilitem um maior conhecimento de artistas paranaenses ou de outros locais, ampliando a visão do que é arte e porque ela existe;
  - 5) Literatura: Estimular o desenvolvimento de poesias, contos ou narrações seguidas de performances.

<b>Horário:</b>	
Manhã	Tarde
8h00 às 10h00	14h00 às 16h00

## **6. Análise da Proposta da República Nova Esperança**

As autoras desta monografia, ambas com formação em Psicologia, preservaram os eixos teóricos que predominaram em sua atuação profissional, resultando o capítulo de análises na produção de três interpretações teórico – metodológicas: uma interpretação psicanalítica (opção de uma das autoras), uma interpretação da psicologia existencial e uma interpretação sócio – histórica (opções da outra autora).

Esta diversidade teórico–metodológica, ao contrário de demarcar impossibilidades nas análises, possibilitou um conjunto de discussões e reflexões, por parte das autoras, que viabilizaram uma maior compreensão do objeto da investigação: a proposta da República Nova Esperança

### **6.1.Uma Interpretação Psicanalítica da Proposta da República Nova Esperança**

#### **6.1.1. Da exclusão social à exclusão do indivíduo por si mesmo:**

A ótica para a qual está voltada o presente estudo, situa-se em torno de dois aspectos: em primeiro lugar, a força da exclusão social, que muitas vezes leva à exclusão do indivíduo por si mesmo e em segundo lugar a força do vínculo afetivo capaz de efetivar o resgate deste indivíduo para si mesmo, isto é, de sua identidade e para a sociedade.

Inicialmente discorrer-se-á sobre os fatores que levam à crise de identidade e que fortemente interferem no comportamento de crianças e adolescentes que vivem nas ruas.

Sabe-se que a criança ou adolescente, ao separar-se dos pais vive um intenso sofrimento e ela precisa forjar recursos psíquicos muito requintados para suportar e inventar seu *romance familiar*<sup>6</sup>. Muitas tentam negar, apagar sua própria história.

Para subtrair a falta do outro, a criança cria jogos e recursos como a inibição, sintoma e angústia. Faz uma ultrapassagem forçada, forjada da adolescência e/ou infância para a idade adulta, e faz um rompimento não só com a infância mas com o par parental, quando o tem.

Nesta contingência de viver na rua, em termos freudianos, o sujeito é muito mais agido pela situação traumática, do que age.

“A rua é o coração da pulsão de morte, e é nesta pulsão que estas crianças e adolescentes investem na luta pela sobrevivência. Sobreviver quando tudo aponta para a morte é uma vivência traumática. É preciso criar do nada.” (FERREIRA, Tânia. 2000: 7)

Para sobreviver na rua, a criança e o adolescente vêm-se obrigados a resignificar muitas coisas e valores em suas vidas.

O corpo passa a funcionar como guardador dos produtos do roubo, escondidos embaixo de roupas que favorecem a mobilidade, na fuga da vigilância policial. Para as meninas, as roupas muitas vezes funcionam como um disfarce passando-se por meninos para protegerem-se contra a violência sexual.

A mudança intermitente de local para dormir, em virtude do fator climático, da presença de transeuntes, dos desentendimentos com os vizinhos e da vigilância policial, impedem o estabelecimento de qualquer relação afetiva com o lugar, nenhuma referência mais permanente, nenhuma linha para demarcar o sítio.

Em cada instituição pela qual passam e na rua, recebem um novo apelido. No “bando” recebem nome de objetos (Peninha, Toquinho etc.), reduzido seu valor enquanto seres humanos.

A psicanálise faz uma leitura do nome próprio e de sua função e o que esta alteração passa a representar para o sujeito. “O nome é sinal daquele que fala, o traço que pode deixar para atestar um dizer e permite dispor de um referencial aparentemente seguro de identidade e da singularidade.” (POMIER, 1992 : 20)

---

<sup>6</sup> Freud utiliza o termo *romance familiar* para descrever o processo de separação dos pais pela criança, nos termos de uma ficção, de um romance. (FREUD, 1976: 40)

O nome patronímico não permite que se perca a identidade no anonimato e no coletizável do grupo social, ele tem portanto, valor simbólico.

Os meninos de rua fazem uma adulteração do nome, pois necessitam do anonimato para o exercício de atos ilícitos que a vida de rua impõe. São atos sem nenhum indício do patronímico, o que simbolicamente denuncia a insuficiência paterna que lança o sujeito a busca de prazer sem limites, se é que é possível conceber prazer num tal contexto.

A idade é também alterada conforme as circunstâncias encontradas.

Finalmente, a droga funciona como um amortecedor para enfrentamento dos riscos que os meninos correm nas ruas.

Portanto, todos estes fatores citados, o rompimento com a família, bem como com a infância ou adolescência, a relação que é estabelecida com o corpo, a falta de um lugar demarcado, a utilização de vários nomes ou anonimato, e o uso de drogas, leva a uma lógica enlouquecida da rua que é excludente e exige um modo de organização no qual o sujeito desaparece, deixa de existir.

Talvez, a conseqüência mais grave da exclusão social seja o que ela passa a representar para o indivíduo excluído. O ser humano não é capaz de viver isolado e a infância e adolescência são as fases onde o olhar do outro é extremamente significativo para o reconhecimento de si mesmo.

Na história de vida das educandas da República Nova Esperança, há um fato comum a todas elas, que marcou fortemente suas histórias. Por um período relativamente grande no passado, foram vítimas de um sistema sócio-econômico, político e cultural que gerou a exclusão de suas famílias, levando-as às ruas.

Trata-se, portanto, de adolescentes do sexo feminino que sofreram as graves conseqüências das grandes contradições da sociedade brasileira, onde a democracia é o sistema político adotado, mas os princípios que regem toda a organização da sociedade estão baseados em valores neoliberais. Portanto, há uma grande distância entre a criação de leis e sua aplicabilidade, entre a necessidade de investimentos financeiros na área social e a implantação de programas sociais efetivos. Trata-se de uma sociedade onde estão fortemente presentes os princípios neoliberais, onde o poder de compra é maior do que o próprio homem.

Sendo assim, aquele que não consome não é considerado cidadão. Constitui-se este um grande desafio que a República Nova Esperança vem enfrentando e mostra que, apesar de grande parte da sociedade entender que aqueles que permanecem nas ruas são homens

despossuídos de histórias de vida, porque não lutaram, não esforçaram-se e que estiveram nas ruas porque escolheram. Contudo, a República vem desenvolvendo nas educandas um verdadeiro sentido de cidadania e passam a conviver na sociedade, como qualquer outra cidadã digna de respeito.

Cabe salientar que o vínculo afetivo estabelecido entre, por um lado, a diretora e as educadoras, e por outro lado as educandas, tem favorecido significativamente para todo o processo educativo que se efetiva na República Nova Esperança. Deu-se ênfase aqui à função de diretora pelo fato desta função na República ser assumida por uma educadora que sabe utilizar adequadamente de sua autoridade em dado momento, bem como, conter e ouvir as educandas em outros momentos de não menos importância.

A partir desta forma de relação, a qual será aprofundada posteriormente, é que são trabalhadas através das oficinas, as questões dos direitos e deveres enquanto cidadãos; pretende-se neste estudo mostrar que todo o resgate que se evidencia através das atitudes e falas das educandas da República Nova Esperança, só é possível, isto é, só está presente, em virtude de apenas um fator determinante: a relação educador x educandas e os elementos constitutivos desta relação.

Resta encontrar a resposta para a seguinte questão:

Quais são os elementos que constituem e que fortemente estabelecem o vínculo afetivo entre os educadores e as educandas da República Nova Esperança?

As adolescentes, ao iniciarem todo este novo processo em suas vidas<sup>7</sup>, estão em busca, talvez de muitas coisas mas a principal talvez seja a da própria identidade.

*“A progressiva construção psicossocial do ego (nos termos de ERIKSON) é levada em conta, e a definição dos modelos de identidade dará o sentimento de mesmidade e continuidade que estabilizará sentimento de definir quem sou eu. De outro lado, o desenvolvimento das relações objetivas, a construção da imagem e do esquema corporal, as defesas e fantasias e, sobretudo, o luto pela perda da infância e definição da genitalidade estão presentes na formulação de KNOBEL.” (KNOBEL citado por RAPPAPORT, 1982: 37 e 38)*

---

<sup>7</sup> Desde a primeira abordagem realizada na rua até os dias de hoje na República.

Entende-se que a República Nova Esperança vem a oferecer em seu espaço físico e psicológico, algo que concretamente vem ao encontro desta busca, que freneticamente os adolescentes vêm fazendo enquanto permanecem nas ruas.

Para melhor compreensão, faz-se necessário o aprofundamento deste aspecto a partir do entendimento da ontogenia da relação com o outro.

*“O conjunto de intercâmbios a que denomina-se de vínculo afetivo é formado por objetos e atos de conduta que a mãe põe em contato físico e mental com o ser humano em formação. São eles:*

▪ *Funções de peito → nutrição de alimento e de afeto.*

▪ *Funções de toilette → a função de livrar-nos de incômodos e da sujeira produzida por nós mesmos.*

▪ *Função de consonância emocional → capacidade de entender e fazer entender.*

▪ *Capacidade de contenção → capacidade de perceber e receber as ansiedades do outro para contê-las e desenvolvê-las em um estado superior de elaboração”*

(GARCIA, 1988: 50)

As educandas encontram na República Nova Esperança, satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência que, além da importância material e concreta, passam a simbolicamente a representar um lugar onde podem “nutrir-se”, com a certeza de que serão aceitas.

A partir do relato de uma ex-educanda pode-se constatar: “Voltei a morar com meus pais e, quando as coisas não vão bem passo uma tarde ou um dia aqui na República.”

Nos momentos de conflito consigo mesma ou com o meio, a educanda busca na República Nova Esperança, ou seja, nos educadores, uma atitude de contenção, de imposição de limites, de aconchego, de compreensão, de escuta, ou simplesmente de uma informação básica sobre a situação que esteja vivenciando. O educador, de certa forma, assume nestes momentos, as funções materna ou paterna (dependendo de cada situação). Isto não significa que o educador irá substituir a mãe ou o pai, contudo estas situações são vividas, muitas vezes, de maneira muito intensa, tanto pelas educandas como pelo educador, estabelecendo-se

desta forma uma linguagem única e indescritível, mas que é integralmente entendida por elas. Certamente são estes os momentos que levam ao estabelecimento mais profundo do vínculo e à possibilidade da educanda em estabelecer um novo registro na relação com os adultos, encontrando desta maneira, outro referencial interno, mais positivo.

O perfil e a baixa rotatividade dos educadores, certamente contribuem para o estreitamento dos laços entre as educandas e educadores. “A República é a minha casa, é a minha família, é tudo para mim.” (citação de educanda)

Ao rever a conceituação de apego, amplia-se o entendimento sobre estas afirmações citadas pelas educandas.

*“Há um certo consenso entre vários autores em caracterizar o apego como conjunto de comportamentos por meio dos quais o indivíduo inicia ou mantém uma relação afetiva estável com um ou mais indivíduos do seu meio. Essa busca abrange desde comportamentos proximais de contato físico e aproximação, até distais, como interação e comunicação à distância (olhar, sorriso, vocalização...). O apego surge no decorrer do primeiro ano de vida da criança, sobretudo a partir do segundo semestre, permanecendo intenso durante a primeira infância e passando a diminuir ou modificar suas formas de expressão entre 3 e 4 anos de idade. Daí em diante, os comportamentos de apego tornam-se menos evidentes, tanto quanto à frequência com que ocorrem, como quanto à sua intensidade. Entretanto, persistem como parte importante do repertório comportamental do homem, não apenas durante a infância, como também na adolescência e idade adulta, quando novas relações de apego se estabelecem.” (SHAFLER, citado por FERREIRA, 1983: 9)*

SHAFLER deixa clara a possibilidade do estabelecimento de novas relações de apego, tanto na adolescência como na vida adulta, mesmo que estas sejam menos intensas do que aquelas estabelecidas no primeiro ano de vida da criança.

O tempo de permanência das educandas na República Nova Esperança vem confirmar a teoria de SHAFLER, pois um ano é o menor tempo de permanência de três educandas na casa. As demais que perfazem um total de quinze, estão acima de dois até cinco anos.

A prática educacional da República Nova Esperança está fundamentada em princípios que consideram o individual, o que possivelmente é também exigido implicitamente pelas educandas e que, sem a presença destes aspectos, todo o trabalho estaria comprometido, tendo em vista o principal objetivo da casa, isto é, o resgate da convivência social.

SHAFLER (interpretado por FERREIRA, 1983: 9) ressalta ainda a importância do apego no processo de socialização da criança. Segundo este autor, ao desenvolver um sistema de comportamentos de apego a indivíduos específicos, o comportamento social da criança muda radicalmente. Uma grande quantidade de emoção e sentimento é investida nesse relacionamento e a separação torna-se um evento ameaçador, cheio de significados. A partir do momento em que a criança define seu grupo e não elege todas as pessoas como equivalentes, inicia-se o processo complicado de aprendizagem social, denominado por alguns de identificação, que irá facilitar sua adaptação ao grupo social ao qual pertence.

### **6.1.2 A construção da Autonomia Responsável**

Parece não ser difícil compreender de que necessitam essas adolescentes que sofreram um processo de exclusão de todos os níveis: da escola, da família, da sociedade e, conseqüentemente de si mesmas. Tarefa difícil sim, é encontrar a maneira mais significativa de incluir, de oferecer, de efetivar a escuta do sujeito, de lhe conferir e lhe “devolver” seu status de pessoa isto é, auxiliando-as a superar todos os estigmas, estereótipos, preconceitos a que as educandas estiveram submetidas.

Desafio ainda maior se faz frente a dois processos aparentemente contrários e que ocorrem simultaneamente. Os profissionais devem estar conscientes deles e mediar sua atuação entre eles e as educandas, aproximando-se o mais possível de uma prática coerente.

Estes dois processos devem ocorrer simultaneamente, isto é, ao mesmo tempo em que é oferecida a possibilidade de um novo registro positivo na relação com o adulto, deve-se também favorecer seu processo de aquisição de autonomia<sup>8</sup>.

Faz-se necessário, portanto, um aprofundamento teórico sobre este aspecto, porque sem o atendimento de como se dá o processo de construção da autonomia no desenvolvimento humano, não seria possível compreender como ele auxiliaria no processo educacional da República Nova Esperança.

O desenvolvimento da autonomia, em linhas gerais, pode ser concebido como um longo caminhar da dependência total do bebê para a interdependência do adulto, que dá e recebe numa relação madura de troca.

A autonomia da criança é a principal manifestação de seu desenvolvimento.

Os estágios de desenvolvimento psico-motor da criança podem ser entendidos como o início de um processo para aquisição da autonomia.

*“A adolescência é um momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento. Este processo atravessa 3 momentos fundamentais: o primeiro é o nascimento, o segundo, surge ao final do primeiro ano com a eclosão da genitalidade, a dentição, a linguagem, a bipedestação e o andar; e o terceiro momento aparece com a adolescência.” (...)*

*Na adolescência, quando a maturidade genital o estimula para relacionar-se com o outro sexo, se faz também a possibilidade da conservação do incesto. Ao mesmo tempo, se define seu rol procriador e, escapando do incesto, o adolescente inicia a busca do objeto de amor no mundo externo, que se concretizará com o encontro do parceiro somente se ocorrer o desprendimento interno dos pais.” (ABERASTURY, 1978: 17 e 18)*

---

<sup>8</sup> Aqui, o termo autonomia deve ser compreendido no mais amplo sentido. Pela característica do atendimento, não pode-se perder de vista o desligamento da educanda após os 18 anos.

A República Nova Esperança tem possibilitado um novo processo de aquisição de autonomia com responsabilidade? Esta pergunta vem complementar as análises que fundamentam o presente estudo.

O estabelecimento do vínculo afetivo entre a equipe de educadores e as educandas facilita o processo de aquisição de autonomia que na República Nova Esperança tem-se dado fundamentalmente através da colocação de limites. Obedecendo cotidianamente aos artigos previstos no regimento interno, bem como ao documento que orienta o atendimento nas unidades de abrigo e às regras que são modificadas conforme as situações ocorridas. A República Nova Esperança tem delegado responsabilidades às educandas, deixando pouco a pouco de fazer por elas o que já conseguem fazer sozinhas e deixando de intervir em situações que as jovens já resolvem por sua própria conta.

## **6.2 Uma Interpretação Existencial Humanística da Proposta da República Nova Esperança**

### **6.2.1 A favor da Auto-Estima**

A caracterização das educandas da República Nova Esperança passa por um eixo comum de mobilização na vida de todos: a família. Ao contrário do que comumente se pode supor, sempre há um referencial de parentesco mais implicado nesse processo, seja uma mãe ausente, adoção irregular, madrasta ou padrasto agressivo, irmãos autoritários... A desagregação familiar é um fator inquestionável, assim como a pobreza permeia a história de vida da maioria dessas meninas desassistidas, econômica e psicologicamente, por muito tempo. São histórias de rejeição, de maus tratos, de abandono e exploração sexual, as quais constituem elos de uma cadeia de aviltamentos dos direitos humanos fundamentais e que produzem marcas profundas na auto-estima.

Alguns contornos permitem a compreensão da dinâmica familiar de muitas adolescentes da República. São famílias numerosas, marcadas pelo pauperismo. Os baixos rendimentos inviabilizam os gastos com suprimentos básicos de subsistência. Habitaram em barracos de favelas, em cômodos de cortiços ou em ambientes deteriorados e insalubres. Em muitas famílias a relação mulher/companheiro prevaleceu em detrimento da relação mãe/filho. Noutras a relação com os filhos se deu através de agressões físicas, castigos corporais e ameaças.

De um relacionamento aberto e franco, pode-se partir para pontos-chaves que necessitam de investimento paciente e persistente a favor da auto-estima. Com cautela, persistência e boa dose de paciência, na República Nova Esperança trabalha-se para a recuperação de dificuldades individuais das educandas. É o caso do atendimento à enurese noturna de adolescentes já marcados por críticas destrutivas em suas convivências familiares. Eles demandam de assistência psicológica para suas dificuldades, tanto quanto do atendimento cuidadoso do educador para alertá-la de uma dieta líquida ou para acordá-la na madrugada, contribuindo dessa forma para a aquisição de hábitos sanitários. Algumas adolescentes são acompanhadas em terapia individual pelo sistema público de saúde ou pelo trabalho de profissionais voluntários. São participações espontâneas, onde prevalece a disponibilidade pessoal da adolescente para envolver-se no processo terapêutico, após sessões de entrevistas e orientações dos profissionais da casa, mesmo quando num primeiro momento não lhe seja facultada esta escolha, ou seja, para a entrevista inicial a determinação é alheia à sua vontade.

A diversidade de referências de vida aproxima as educandas num ponto comum que é a troca de experiências, o redimensionamento de questões, o aprendizado e a inovação voltados para a transformação qualitativa da vida.

A experiência na República Nova Esperança tem mostrado que um trabalho voltado para essa faixa etária favorece o resgate de situações anteriores de abandono. O período existencial delas é propício a mudanças físicas e psíquicas e permite adequações e aprendizagem de novas atitudes, em um outro ambiente.

*“Se o ambiente oferecido em algumas situações for suficientemente forte para sustentar o ego fragilizado dessas crianças – suportar as crises, as regressões e os momentos de desespero – possibilitará a confiança*

*necessária para o resgate, a integração e o desenvolvimento deste ego, até então não integrado e congelado em situações muito primárias (...). As necessidades básicas satisfeitas – a constância do alimento, do banho, do descanso; a segurança do teto; o acesso às informações sobre cuidados com o corpo e prevenção de doenças; o atendimento médico, dentário, psicológico; o retorno à escola pública; a valorização enquanto cidadãos – permitem que nessas meninas, mulheres precoces, a criança apareça e, com ela, surja o desejo: de brincar, de estudar e de trabalhar. Ao serem vistas e respeitadas nesse lugar, surge o desejo. Passam a desejar algo mais que as condições básicas de sobrevivência.” (MENDONÇA, 1995: 7,10 e 11)*

À luz desta reflexão, evidenciam-se os ganhos em auto-estima, perspectiva de futuro e elaboração de um projeto de vida que se manifestam no discurso das adolescentes:

- “Estou pensando em ser advogada; quero morar sozinha e não quero filhos.”
- “Quero aprender a conhecer melhor as pessoas; quero ter uma casa própria; nem penso em casar, é algo que está muito longe.”
- “Sempre faço as coisas pensando nas conseqüências.”

Muitas mudanças de atitudes das adolescentes e na forma que passam a administrar o cotidiano, provocam atitudes críticas dos educadores que também apareceram nas entrevistas:

- “Tem adolescentes se comportando como *patricinhas*<sup>9</sup> copiando modelos que não darão conta de viver fora da República (...) essa influência vem de fora, de cursos, do trabalho, dos espaços em que convivem com outras pessoas.”

A preocupação do educador manifesta-se no seu discurso, quando ele fala da necessidade de um trabalho mais individual com algumas adolescentes, as quais, ao saírem da República, possam administrar prioridades de sobrevivência em detrimento de vaidades pessoais.

Esta questão encaminha reflexões e questionamentos muito presentes nas rodas de conversa entre educadores e educandas. É um ponto que suscita discussão ao abordar a busca

da autonomia e da autogestão, como princípios do processo educativo. Como cada uma conduzirá este processo, só as circunstâncias futuras confirmarão. No entanto, percebe-se que há uma preocupação da parte das educandas para o enfrentamento das adversidades e esta atitude por si já é um sintoma de mudança de conceito. Significa dizer que as determinações das condições materiais concretas provavelmente terão um peso significativo no futuro das adolescentes, porém a bagagem interna de cada uma é que fornecerá instrumentos para o enfrentamento das dificuldades. É a crença no próprio sujeito que faz a diferença e marca uma tradição educativa na República Nova Esperança. É a perspectiva da educação como principal componente da mobilidade social, que produz impacto para não se perpetuar o círculo de negligência e romper com uma cultura de repetição de sub-humanidade.

### **6.2.2 A relação Educador – Educanda**

“Muitas pessoas passam pela nossa vida. Poucas, no entanto, são capazes de se fazer realmente presentes em nossa existência. Menos ainda são aquelas cuja presença, pela influência construtiva que exerceram sobre nós, assumiram uma significação que o tempo não foi capaz de apagar. Essas são as pessoas significativas de nossas vidas.” (Costa, A.C.G., 1991: 51)

A prática pedagógica observada na República Nova Esperança vem sendo construída num processo de acertos e erros, avaliações e reorganizações da ação educativa cotidiana. Reflete um modelo humanitário exercitado pela diretora da instituição, a qual, na sua jornada histórica como educadora vivenciou a abordagem de crianças e adolescentes em situações de rua. Além de vivenciar tal prática pedagógica, ela atua no sentido de socializar entre os demais educadores os princípios desta prática. Este trabalho, pode-se perceber pelas observações e entrevistas feitas no presente estudo, é forjado mais na prática e na discussão coletiva do que em estudos teóricos. Um trabalho que prima pela conquista afetiva da

---

<sup>9</sup> Meninas adolescentes consumidoras de marcas de grifes famosas e com comportamentos esnobes, característicos da classe média alta.

educanda como primeiro passo para o exercício de uma relação de qualidade e de respeito linear:

*“o que mais impera no ser humano é o amor. De onde vem isso? – não tenho resposta, só sei que é preciso resgatar essas meninas. Não é um amor piegas, é uma vontade sincera de ajudar alguém é uma coisa que você acredita (...)*

*Concordamos que na República usa-se muito o lado emocional, pois não saberíamos trabalhar sem ter afeto pelas educandas, mas há de se encontrar o equilíbrio, para que este afeto que nos parece absolutamente necessário, não torne-se paternalismo. (...) Falamos sobre a importância de sermos verdadeiros com as educandas, falamos sobre a importância delas e essa confiança é a base para qualquer trabalho”*

(Entrevista com a diretora )

A relação educador / educanda vem se constituindo como uma parte fundamental do processo educacional. À medida em que o vínculo é constituído entre as partes é que as idéias vão sendo questionadas, alternativas descobertas, situações analisadas com tranqüilidade, bom senso e acerto. Tem-se o vínculo como base de sustentação do trabalho, uma convicção que aparece na fala de uma das educadoras quando menciona o seu entendimento a respeito dos fatores que contribuem para a mudança positiva de comportamento da adolescente:

*“(...) carinho e demonstração de amor para as meninas, cada um no seu jeito de demonstrar. Uma educadora tem fama de ser enérgica, no entanto as meninas gostam dela e demonstram esse afeto. A postura da educadora, o que ela mostra de certo e errado; as meninas pedem para falar como é a vida da educadora em casa, precisam de modelos que mostrem como tratam os filhos, o marido; com agem em casa (...)”*

(Entrevista com educadora)

Na análise do presente estudo, acolher este pensamento é adotar uma postura profissional marcada por uma profunda crença na capacidade de crescimento do ser humano, da sua tendência a evoluir. Essa tendência atualizante é o postulado básico do trabalho de ROGERS e seus seguidores. Trata-se da possibilidade de cada ser humano “desenvolver todas as suas capacidades de maneira que sirvam para preservar ou enriquecer seu organismo – a pessoa total, mente e corpo.” (ROGERS e ROSEMBERG, 1977: 62)

Para que essa tendência se efetive são necessárias condições subjetivas como relações de afeto, reconhecimento do outro. Essas condições permitem ao educador a possibilidade de lidar com suas atitudes, de maneira a crescer pessoal e profissionalmente, e ao educando para perceber em si essa sua capacidade e liberdade para fazê-lo. Dessa maneira, ocorre o fortalecimento da relação de cada um consigo mesmo, condição fundamental para um contato mais satisfatório com o outro.

Significa um despojamento gradativo de resistências internas e a relação pode ser vivenciada num ambiente que não envolve julgamento, mesmo que fosse pela avaliação. A pessoa não é vista de maneira restrita ao que ela faz ou sente e ao que socialmente é negativo. Ela é considerada como um todo e pode ser capaz de manifestar-se como tal. Pode-se dizer a alguém que seu ato não é apreciado sem que isso signifique que não é aceita ou que se a tenha num conceito de menos valia. Essa diferença sutil é de suma importância. É uma condição que proporciona um melhor contato com o mundo, pois à medida em que o indivíduo é aceito e respeitado na sua história de vida adquire segurança para aceitar-se e flexibilidade para aceitar a do outro.

Encontra-se em COSTA, subsídios para essa “Pedagogia da Presença”. Uma compreensão do processo de aprender a fazer-se presente, de forma construtiva, na realidade do educando:

*“(...) esta é uma aptidão que pode ser aprendida, desde que haja, da parte de quem se propõe a aprender, disposição interior, abertura, sensibilidade e compromisso para tanto. (...) Tarefa de alto nível de exigência, essa aprendizagem requer a implicação inteira do educador no ato de educar. Sem esse envolvimento o seu estar - junto - do - educando não passará de um rito despido de significação mais profunda, reduzindo-se à mera obrigação funcional ou a uma forma qualquer de tolerância e condescendência, de modo a coexistir mais ou menos*

*pacificamente com os impasses e dificuldades do dia a dia dos jovens, sem empenhar-se, de forma realmente efetiva, numa ação que se pretende eficaz.”*

(COSTA, 1991: 17)

Entendimentos dessa natureza conduzem para a reflexão de que principalmente neste campo de atuação com adolescentes em situação de risco, a educação não pode ser entendida como um processo individual, onde um passa para o outro uma série de informações que deverão ser acumuladas, mas um processo de descoberta, da integração do novo, seja esse novo uma formalidade, uma sensação ou um sentimento, sempre levando-se em conta as reorganizações internas provocadas tanto no educador como no educando: “aqui a gente aprende muito, hoje posso dizer que mudei muito minha compreensão a respeito do modo de vida dos adolescentes, no fundo, elas não são diferentes das meninas que moram com as famílias; a bem da verdade, as nossas aqui são muito melhores (...)” (entrevista com educadora)

Nessa medida quem ensina também aprende, porque é questionando, estimulando, porque descobre junto. A atuação do educador propõe um repensar com a adolescente o sentido de sua fala, ir buscar suas fontes, colocar alternativas, problematizar.

“Para ser educador é preciso vontade, desejo, coerência e espaço interno para acolher o educando, além de abertura para o trabalho solidário e cooperativo, antítese do individualismo e do egoísmo”. (VILANOVA, 1997: 9)

Contextualizando este entendimento, observa-se a preocupação da diretora da República Nova Esperança quando trata da seleção de educador para seu quadro funcional. A estrutura organizacional impõe limitações nessa questão seja pela reestruturação na oferta de profissionais ou pelo engessamento da autonomia no processo de escolha. Apesar disso, um critério subjetivo, investigado na entrevista e nos primeiros ensaios na prática do educador, é a disponibilidade do profissional para ambientar-se com o trabalho e com esta aventura pedagógica.

*"(...) é uma inclinação sadia pelo conhecimento dos aspectos da vida do adolescente que testemunham as suas dificuldades e o seu potencial para superá-los. Esta aptidão básica, de forma nenhuma é intelectual: ela implica simpatia, compromisso, solidariedade, ou seja,*

*capacidade de relacionamento positivo com qualquer tipo de jovem, independente do que ele tenha feito ou do que aparenta ser." (COSTA, 1991:38)*

O autor atribui à presença uma necessidade básica, um elemento essencial para que o jovem possa encontrar o caminho para si mesmo, mas esta compreensão por mais aprofundada e relevante que seja, não é o bastante para promover as mudanças que se fazem necessárias na ação educativa. É preciso que o modo de agir dos educadores reflita essa maneira de entender o processo educativo. Daí a necessidade de buscar caminhos, no plano operacional, que permitam desenvolver nas pessoas implicadas nesta lida, aptidões, hábitos, atitudes e habilidades favoráveis à presença e que as capacite para assumir o papel de presenças significativas na vida daqueles a quem dirigem o seu trabalho social e educativo.

Essas habilidades interpessoais são enfocadas de maneira pedagógica na análise de MIRANDA e MIRANDA (1983: 51), os quais apresentam as seis dimensões teóricas, identificadas por ROGERS e CARLKHUFF na relação terapêutica, mas que são aplicáveis ao processo de ajuda:

1. Empatia: capacidade de se colocar no lugar do outro, de modo a sentir o que se sentiria se estivesse no seu lugar;
2. Aceitação incondicional ou respeito: capacidade de acolher o outro integralmente, sem que lhe sejam colocadas quaisquer condições e sem julgá-lo pelo que ele é, sente, pensa, fala ou faz;
3. Congruência: capacidade de ser real, de se mostrar ao outro de maneira autêntica e genuína, expressando através de suas palavras ou atos, seus verdadeiros sentimentos;
4. Confrontação: capacidade de perceber e de comunicar ao outro certas incoerências em seu comportamento - distância entre o que ele fala e o que ele faz, entre o que ele fala e o que ele é na realidade, entre o que ele fala e o que mostra;
5. Imediaticidade: capacidade de trabalhar a própria relação, abordando os sentimentos imediatos que um experimenta pelo outro durante o processo;
6. Concreticidade: capacidade de decodificar a experiência do outro em elementos específicos, objetivos e concretos para que ele possa compreender sua experiência, às vezes confusa.

Aquele que se beneficia dessas atitudes começa a demonstrar mudanças de crenças e valores no sentido de maior flexibilidade destas, confiança na relação no sentido de abrir-se e expressar-se cada vez mais.

Assim, à medida que o educador percebe essas mudanças, ele toma consciência de que pode desenvolver habilidades de escuta, de comunicação, de responsabilização e orientação, pois à medida que o ajudado atende, responde, personaliza e orienta, começa a comportar-se de modo a promover a sua própria mudança.

Percebe-se que na República Nova Esperança uma grande parcela do quadro de profissionais trilha por estes ensinamentos absorvidos de resultados práticos e de constantes avaliações, haja visto os encontros coletivos exercitados sistematicamente pelos educadores para discursos do processo cotidiano. No entanto, há muito que se explorar na formação dos integrantes da equipe, a fim de que o paradigma estruturador das relações possa ser compreendido na sua integridade e permita ao profissional identificar, avaliar e utilizar novas idéias e formas de ação para assegurar qualidade crescente ao trabalho desenvolvido.

### **6.3. Uma Interpretação Sócio - Histórica da Proposta da República Nova Esperança.**

#### **6.3.1. Convivência Coletiva e a Disciplina**

A peculiaridade do trabalho na República Nova Esperança implica na compreensão de que todas as pessoas que ali trabalham são orientadas para a dimensão de seu papel de educador, bem como, para que tenham clareza sobre os rumos a seguir numa determinada situação. Só assim é possível evitar decisões conflitantes e orientações divergentes sobre um mesmo problema, ainda que eventualmente elas possam se manifestar.

"Não gosto quando peço coisas simples e fazem tempestade (...) muitos educadores, muitas atitudes (...) uns deixam, outros não (...) proibir é normal, mas tem educador que sempre diz não e nem ouve os argumentos." (entrevista com educanda)

Colocações dessa natureza fazem pensar que estabelecer limites e disciplina pode se tornar uma prova complexa para muitos educadores, visto que, em decorrência do ritmo e velocidade dos acontecimentos, e ainda as mais variadas mudanças em todos os segmentos sociais, as regras que serviam de base para nossa educação, por exemplo, já não correspondem à realidade atual, mesmo porque, no decorrer de todo este processo evolutivo, nossos valores existenciais também passaram por etapas de reformulação.

Em meio a tais circunstâncias é possível uma falta de parâmetros sobre como lidar com os educandos, de forma a não correr o risco de adotar uma postura permissiva demais ou extremamente rígida, considerando-se ainda a possibilidade de oscilações entre estas duas posições. Nesta perspectiva é possível compreender o desabafo da educanda ao considerar os empecilhos para a realização de seus desejos.

Regras e normas indicam habitualmente restrições às ações individuais para garantir o bem estar coletivo. Nem sempre são bem aceitos, mas são elas que pautam a vida das pessoas, quer estejam explícitos ou não.

"As orientações para o abrigo não podem ser exageradamente rígidas impedindo sua rediscussão quando necessário, nem tão flexíveis a ponto de serem burladas quase sempre." (ZILLOTTO e CARVALHO, 1993: 41)

A preocupação de que os limites colocados não impeçam que algumas decisões possam ser tomadas pelos próprios educadores quando as circunstâncias exigem resoluções diversas, está presente no documento da SMCR/DCA, Secretaria Municipal da Criança – Departamento da Criança e do Adolescente, que orienta procedimentos e organizações do atendimento nas unidades de abrigo:

*"O trabalho educativo é respaldado pela elaboração e aplicação coletiva de um regimento interno, cujas regras determinadas além de serem do conhecimento de todos, necessitam de acompanhamento no seu cumprimento ou não, devendo acarretar a responsabilidade*

*para seus usuários<sup>10</sup>. A organização estrutural no oferecimento das atividades de cunho educativo é vital para sua efetivação, definição clara de objetivos, planejamento de atividades, avaliação dos resultados e redimensionamento da prática..*

*Resultado do processo coletivo de educação, as normas do Abrigo estabelecerão regras de convívio, onde educadores e educandos sejam sujeitos com direitos e deveres.*

*Estas normas que, no seu conjunto constituem o Regimento Interno, deverão ser do conhecimento de todos, sendo retomadas e avaliadas periodicamente para que possam internalizá-las. A mediação do educador nesse processo é fundamental e a regra é essencial, deve ter o diálogo como argumento maior de intervenção.*

*As penalidades previstas não poderão estar em contradição com os direitos subjetivos previstos no ECA, especialmente o artigo 18<sup>11</sup>, que trata de exposição a situação vexatória.*

*Após elaborado o Regimento Interno deverá obter aprovação do juizado da Infância e da Adolescência e do DCA – Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente.” (SMCR, DCA, 1999: 7-23)*

À luz destas orientações, as sanções são aplicadas sempre pela diretora, que detém o papel legal de guardiã das adolescentes. Normalmente são utilizadas como sanções privações de alguns benefícios como: proibição de passeios, de visita do namorado. Apesar da revolta inicial, as educandas demonstram compreensão pelas regras e acabam reconhecendo a importância delas para o bem do grupo.

A propósito da condição do educador, enquanto principal mediador e responsável pela recuperação do conflito existente no cotidiano da unidade, tal condição implicaria necessariamente numa retomada de opiniões, numa reflexão acerca de suas ações e mais importante do que tudo isto, na plena internalização do que lhe é exigido: ser educador.

---

<sup>10</sup> O caráter autogestionário requer não apenas a explicitação das regras para todos, mas sobretudo a construção destas regras, de forma discutida e dialogada, por todo o coletivo.

<sup>11</sup> Art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente publicado no Diário Oficial da União, de 16 de julho de 1990: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

A principal condição para um desempenho significativo na interpretação de tal papel exige uma disponibilidade para o crescimento e ainda uma pré-disposição para a busca de compreensão acerca das particularidades do desenvolvimento humano. Nesse sentido, compreender como a adolescente se situa no seu universo peculiar, qual o seu grau de entendimento sobre os acontecimentos experienciados nesse universo, podem se tornar elementos ricos para uma posterior tentativa no estabelecimento de regras de conduta.

O educador precisa conscientizar-se de que nem sempre a educanda está preparada para perceber, de maneira clara, todos os obstáculos e entraves resultantes do convívio coletivo. Neste caso, inicialmente, é importante que seja definido de maneira precisa e compreensível para a educanda o que ela pode ou não fazer. Para a adolescente, muitas vezes, torna-se distante e difícil assimilar o que a lógica do adulto lhe propõe, estabelecer as mesmas relações e, sobretudo, atribuir os mesmos valores às mesmas coisas, no mesmo tempo que o adulto. Caberá, portanto, a este educador, compreender este mecanismo que nada mais é do que o desenvolvimento de um processo disciplinar interno que contribui diretamente para o desenvolvimento da maturidade.

Para GRAMSCI, "disciplina significa capacidade de comandar a si mesmo, de se impor aos caprichos individuais, às veleidades desordenadas; significa ter uma regra de vida." (FRANCO, 1986:4) Entende-se, um desafio constante à sua auto-realização como indivíduo. No momento em que o indivíduo atinge a disciplina ele tem regra de vida e nesta perspectiva da subjetividade é livre e independente porque tem o controle sobre si mesmo. Por isso a disciplina não pode ser entendida como uma imposição externa. Quando alcançada, a disciplina é internalizada nos princípios do livre arbítrio e tem repercussão positiva na vida do sujeito, o que é diferente da imposição externa e não corresponde aos anseios da coletividade.

A disciplina é assim compreendida como par da liberdade e não oposto dela: "disciplinar-se é tornar-se independente e livre. Através da disciplina GRAMSCI conceitua a conquista da verdadeira liberdade" (GRAMSCI, citado por FRANCO, 1986: 4)

A construção da disciplina consciente e produtiva só se dará no consenso coletivo, em acordo mútuo, com tolerância e respeito. Ela só se faz importante e possível através do estabelecimento de normas e regras a serem criadas pelo grupo. O que GRAMSCI persegue com isso é a união da direção consciente e da espontaneidade. Isso só pode ser alcançado se a disciplina for fixada pelos próprios membros da coletividade que devem pôr-se de acordo entre si, discutindo entre si com a máxima tolerância e respeito. A disciplina exterior está

fadada ao fracasso, não é um instrumento educativo, ao passo que a disciplina fixada pela própria coletividade dos seus componentes, mesmo se tarda a ser aplicada, dificilmente fracassa a sua aplicação.

Na busca de conceituar e compreender o coletivo, ancoramos na experiência pedagógica de MAKARENKO<sup>12</sup> que codifica esse princípio e favorece substratos de aplicabilidade no trabalho que aqui analisamos. “O coletivo é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes.” (MAKARENKO, citado por CAPRILES, 1989: 9)

O método postulado por MAKARENKO só pode ser elaborado com base na organização geral da instituição. O princípio fundamental é o de exigir o máximo do educando, ao mesmo tempo em que se deve tratá-lo com o maior respeito possível.

MAKARENKO considera como coletivo, não só o contingente de educandos, mas também, o de educadores inseridos em uma base material. Destaca a grande importância da mestria do educador, da disciplina e da consciência política. Nesta metodologia o indivíduo se forma, se forja enquanto cidadão.

Devemos considerar que o contexto histórico em que se desenvolveu o trabalho de MAKARENKO era propício, favorável a uma pedagogia socialista. Em contrapartida, seus princípios de trabalho coletivo funcionam quando aplicados hoje, resguardadas as devidas proporções do trabalho empreendido. É possível trabalhar com o coletivo numa perspectiva imediata, intermediária, visando o desenvolvimento posterior a longo prazo.

*"O princípio casual da formação do coletivo pedagógico às vezes dá certo, às vezes não (...) É necessário que no coletivo haja também um velho ranzinza, que não perdoa nada a ninguém nem faça concessões a quem quer que seja. É preciso que haja também uma "alma boa", um homem de certo modo maleável, que goste de todos e perdoe a todos e que dê notas máximas a todos; este homem reduzirá os atritos que surgirem no coletivo."*  
(CAPRILES, 1989: 10)

---

<sup>12</sup> Antonio Makarenko, educador soviético que no anos vinte e trinta, trabalhou com jovens delinquentes, obtendo resultados que impulsionaram o mundo no seu tempo e que repercutem até hoje entre os educadores que atuam nesta área.

O que se abstrai dessa elaboração conceitual é que, no coletivo se lida com a adversidade e com a diversidade e que, condutas inesperadas podem se manifestar distantes de todo um processo de formação, conforme as circunstâncias demandem atitudes espontâneas e subjetivas.

Não se trata, portanto, de ressocializar, mas de propiciar às jovens uma possibilidade de socialização que concretize um caminho mais digno e humano para a vida. O primeiro e mais decisivo passo para vencer as dificuldades pessoais e a reconciliação consigo mesmas e com os outros e aí a disciplina é apenas um instrumento. Esta é uma condição necessária de mudança de sua forma de inserção na sociedade.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sem ter a pretensão de propor generalizações conceituais de atividade sócio-pedagógicas, o presente trabalho conduziu à constatação de que os processos de crescimento pessoal e social são estimulados pela afetividade, em situação especial de interação, onde as expectativas de cada sujeito precisam ser balizadas por uma relação de confiança. É um aprendizado que se faz no cotidiano, num mecanismo de jogo de forças, com características profundamente dinâmicas, onde os indivíduos precisam constantemente confirmar os papéis que assumem nessa interação e reelaborar significados assimilados nas interações vivenciadas.

Constatou-se que as jovens que protagonizam a vivência do coletivo orientado na República Nova Esperança, tem a possibilidade de adquirir um novo registro na relação com adultos, que não aquele já experimentado nas suas histórias de abandono, rejeição, violência ou negligência. A forma como são tratadas questões disciplinares e as respostas efetivas para as pertinências da escola, do trabalho e do convívio social, sugerem que resultados são alcançados não por imposição, obediência ou temor, mas por uma ética pessoal desenvolvida que dá significado ao outro com valor em relação a si próprio.

Estes novos instrumentos para a subjetividade sinalizam mudanças de atitudes e estímulo à formulação de projetos de vida. Isto não significa que devam ser descartadas as intervenções técnicas, mas a reciprocidade é o maior fator de sucesso nessa pedagogia, porque especifica a internalização de normas e autoridade que favorecem o bem de todos e de onde emergem as vivências afetuosas que enriquecem e transformam a vida.

Faz-se necessário ainda ressaltar que este estudo reconhece que em alguns casos, algumas condições anteriores contribuíram para o sucesso da permanência das adolescentes na República; entre elas, a inegável contribuição do primeiro estágio de abrigo, que cuida das aproximações iniciais para resgatar a jovem da condição de risco em que se encontra. Aí a passagem pelo abrigo de permanência breve onde se conquista a superação do vínculo com a rua. Considere-se também a necessidade de um perfil mínimo do educador, despojado de preconceitos e disponível para uma relação pedagógica aberta, bem como, a importância de investimentos contínuos na qualificação desses profissionais.

Entretanto, o aspecto que marca a diferença favorável ao crescimento e que merece ser destacada, é a performance de quem dirige a República Nova Esperança, sendo capaz de passar com convicção e através de atitudes, a sua crença numa prática educativa embasada na afetividade.

Muitos caminhos podem ser trilhados na busca de explicação para a apropriação dos saberes e dos avanços dos indivíduos em relação ao conhecimento das normas de convivência, dos direitos e deveres advindos das interações pessoais, dos parâmetros culturais que determinam comportamentos socialmente aceitos e das manifestações afetivas internalizadas. Entretanto, para a compreensão do processo de aquisição de autonomia responsável, bem como, das implicações do retorno a convivência familiar, fazem-se necessários estudos complementares que instrumentalizem a discussão a respeito do despertar de uma consciência de cidadania, como uma expressão fundamental para o exercício dos direitos civis e protagonização de humanidade.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- ABERASTURY, Almeida y Colaboradores. **Adolescência**; Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1978.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- CAPRILES, René. **Makarenko: O movimento da pedagogia socialista**; São Paulo: Scipione, 1989.
- CARKHUFF, Robert R.. **O relacionamento de ajuda para pais, professores, psicólogos**. 1ª Edição. Belo Horizonte: CEDEPE, 1979.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença**; Brasília: Ministério da Ação Social – CBIA, 1991.
- CUNHA, Sônia M. Miranda da. **A afetividade como prática pedagógica e suas implicações na criatividade discente**; Curitiba, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- ELIAS, Marisa Del Cioppo (org.). **Pedagogia Freinet : teoria e prática**; Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- FÉRES, Nilza Rocha. Meninos de rua: eles fazem o que sabem, mas não sabem; **Revista Psicologia: ciência e profissão**, 18 (2): 46 – 55, 1998
- FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **O apego e as reações da criança à separação da mãe – uma revisão bibliográfica**; São Paulo: Universidade de Ribeirão Preto, 1983.

- FERREIRA, Tânia. Os meninos e a rua – o psicólogo e os impasses da assistência; **Revista Psicologia: ciência e profissão**; 2000, 20 (1): 2-17
- FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. A disciplina na escola; **Revista Ande**, ano 06, n. 11; Brasília, 1986.
- FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas de Sigmund Freud**; v. IX, Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GARCIA, Jorge Tizón. **Apuntes para una psicologia basada en la relación**; 2ª ed. Barcelona: Hagar del Libro, 1988.
- GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da; FRIGOTTO, Galdêncio et al. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**; 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Nova Lisboa: Serra, 1976.
- GUARESCHI, Pedrinho A. A categoria “excluído”. In: **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, 12, nº 3 e 4, CFP, 1992.
- JUSTO, I. Henrique. **Teoria da personalidade: aprendizagem centrada no aluno**; Porto Alegre: Santo Antônio, 1972
- LA PIERRE, Anne e André. **O adulto diante da criança**; São Paulo: Manole, 1987.
- LEITE, Lígia da Costa. **A magia dos invencíveis: os meninos de rua na escola Tia Ciata**; Petrópolis: Vozes, 1991.
- LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**; São Paulo: E.P.U., 1986.

MADEIRA, Felícia Reichel. **A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão;** [s/l], UNICEF, 1993

MAKARENKO, Anton. **Poema pedagógico.** Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

\_\_\_\_\_, **Conferências sobre Educação Infantil.** São Paulo: Moraes, 1981.

MENDONÇA, Cristina. **Pedagogia da solidariedade ou a esperança do ser.** Recife: CBCA, 1995.

MIRANDA, Clara F. de; e MIRANDA, Márcio L. de. **Construindo a relação de ajuda;** 5ª Edição, Belo Horizonte: Crescer, 1983.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência;** São Paulo: EPU, 1981 - 1982

RICH, John Martin. **Bases humanísticas da educação.** Belmont, Califórnia, USA: Zabor, 1971

ROGERS, Carl R. **Liberdade para aprender.** Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sobre o poder pessoal.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

\_\_\_\_\_; ROSENBERG, R. **A pessoa como centro.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

SEMINÁRIO CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA COMPREENSÃO NECESSÁRIA: (1996: Curitiba): GRACIANI, Maria Stela S. **Educação popular: a perspectiva da superação:** Anais; Curitiba, 1996.

VILANOVA, Cecília Abud. **Debatextos – A relação educador – educando no Projeto Axé;** Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZILLOTTO, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **Trabalhando abrigos. Cadernos de Ação**. São Paulo, nº 03 CBIA: Forja, 1993.

## **9. ANEXOS**

**ANEXO I - Roteiro de Entrevista**

**ANEXO II – Regimento Interno do Projeto República de Meninas Nova Esperança**

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### 1. Com educadores:

- 1.1. Procedimentos de rotina.
- 1.2. Importância do educador no período noturno.
- 1.3. Atividades desenvolvidas nas oficinas.
- 1.4. Como são tratadas as contraversões às normas da casa.
- 1.5. Considerações do que é positivo na prática da República.
- 1.6. Considerações do que é negativo na prática da República.
- 1.7. Considerações sobre quais fatores contribuem para a mudança de atitude das educandas (processo de ressocialização).
- 1.8. Que atitudes das educandas sinalizam mudanças de referencial de vida.
- 1.9. Como são tratadas questões de extrema agressividade.
- 1.10. O que poderia melhorar na República.
- 1.11. Encaminhamentos nas questões de saúde, educação e trabalho.
- 1.12. Considerações sobre o que é mais importante para a permanência das educandas na casa.

## **2. Com educandas:**

- 2.1. O que é mais importante na República.
- 2.2. Rotina da educanda na República.
- 2.3. Tratamento dispensado às amizades.
- 2.4. Relação de namoro e confiança.
- 2.5. Considerações sobre escola e trabalho.
- 2.6. Como emprega o dinheiro ganho com o trabalho.
- 2.7. Relacionamentos na comunidade.
- 2.8. Cuidados com a saúde, sexualidade.
- 2.9. Relação com educadores.
- 2.10. Relação com outras moradoras.
- 2.11. Considerações sobre o que poderia ser diferente na República.
- 2.12. Perspectivas de futuro.

# **ANEXO II**

## **REGIMENTO INTERNO**

### **DO PROJETO**

#### **REPÚBLICA DE MENINAS NOVA ESPERANÇA**



Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Criança

Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

## **REGIMENTO INTERNO**

### **DO PROJETO**

## **REPÚBLICA DE MENINAS NOVA ESPERANÇA**



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

## **Regimento Interno da República de Meninas Nova Esperança**

### **Título I**

#### **Disposição Preliminares**

### **Capítulo I**

#### **Da Localização e Propriedade**

**Art. 1º** - A República das Meninas Nova Esperança atenderá crianças e adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 07 a 18 anos, sem vínculo familiar, em regime de República, localizada à Rua Benedicto Saddock de Sá, 72 – Santa Cândida – Paraná.

**Art. 2º** - A rede física terreno e imóvel, constitui patrimônio exclusivo da Prefeitura Municipal de Curitiba.

**Art. 3º** - Os equipamentos e mobiliários foram doados pela Texaco do Brasil.



## Capítulo II

### Das Finalidades

**Art. 5º** - A República das Meninas tem como finalidade proporcionar o atendimento às crianças e adolescentes do sexo feminino, sem vínculo familiar, através de um sistema de moradia que visa garantir a satisfação das necessidades básicas e a formação sócio - educacional da clientela;

- \* Orientar a adolescente em sua formação pessoal, profissional e educacional, proporcionando condições de assumir e assegurar sua cidadania;
- \* Incentivar as educandas quanto a responsabilidade de sua escolarização, estimulando seu ingresso e permanência efetiva na escola;
- \* Proporcionar o encaminhamento das adolescentes para cursos, buscando a capacitação e qualificação profissional para a sua inserção no mercado de trabalho;
- \* Acompanhar o desenvolvimento das educandas na escola e local de trabalho;
- \* Propiciar a inserção das educandas em atividades da vida diária;
- \* Efetuar encaminhamento para atendimento especializado, sempre que necessário;



Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Criança

Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

- \* Contribuir, quando possível, com o retorno ou reaproximação da educanda com sua família de origem;
- \* Estimular o processo de autogestão;
- \* Criar um ambiente educativo favorável à manifestação das potencialidades existentes em cada criança e adolescente atendida.

### **Capítulo III**

#### **Dos Princípios e da Organização**

**Art. 6º** - A República de Meninas deverá adotar os princípios organizacionais instituídos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito a:

I – A criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis.

II – A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

III – O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- capacitação adequada ao mercado de trabalho.



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

IV – Colaborar no sentido do restabelecimento e da preservação, quando possível, dos vínculos familiares.

V – Atendimento personalizado e em pequenos grupos.

VI – Desenvolvimento de atividade em regime de co-educação.

VII – Participação na vida da comunidade local.

VIII – Participação de membros da comunidade no processo educativo.

IX – Propiciar profissionalização e escolarização

X – Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer.

XI – Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.

XII – Proceder o estudo social de cada caso.

XIII – Encaminhar, periodicamente, relatório sobre as adolescentes atendidas, à autoridade competente.

XIV – Providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania, àqueles que não tiverem.

XV – Manter arquivo de anotações, que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.



## **Título II**

### **Da estrutura Organizacional Básica**

**Art. 7º** - Compõe a estrutura organizacional básica da República das Meninas:

- I – Coordenação Geral
- II – Educadores Sociais

## **Capítulo I**

### **Da Coordenação**

**Art. 8º** - Compete à coordenação:

I – Promover a integração político administrativa da República das Meninas com a Secretaria Municipal da Criança, Juizado da Infância e da Juventude e Ministério Público.

II – Estabelecer diretrizes gerais de funcionamento da República, em concordância com a linha de ação da SMCR;

III – Supervisionar a operacionalização da República;

IV – Acompanhar e subsidiar o desempenho da equipe de trabalho da República, instrumentalização a ação conjunta, para o alcance das metas pré-fixadas;



Prefeitura Municipal de Curitiba

Secretaria Municipal da Criança

Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

V – Promover o cumprimento da legislação e regulamentos referentes à criança e adolescente;

VI – Promover a administração da República, em conformidade com a legislação específica em vigor;

VII – Zelar pelo uso adequado e pela conservação dos bens materiais do Abrigo, apresentado ao órgão competente previsão de necessidades materiais, reparos ou obras;

VIII – Resolver todo e qualquer problema relativo ao funcionamento e à função técnico – administrativa da República, comunicando à SMCR e/ou Juizado da Infância e da Juventude as ocorrências que excedam sua competência;

IX – Encaminhar mensalmente, ao Juizado da Infância e da Juventude relatórios individuais sobre as educandas atendidas pelo Abrigo;

X – Coordenar o funcionamento administrativo.

## **Capítulo II**

### **Dos Assistentes de Desenvolvimento Social**

**Art. 9º** - Compete aos Assistentes de Desenvolvimento Social:

I – Acompanhar as educandas nas atividades de vida diária;

II – Efetivar e acompanhar as educandas em atendimentos especializados;

III – Desenvolver atividades de reforço escolar;



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

IV – Propiciar e organizar atividades culturais, de lazer e recreação;

V – Elaborar, em conjunto com a coordenadora, o relatório mensal das educandas atendidas, à ser encaminhado ao Juizado da Infância e da Adolescência;

VI – Zelar pelo cumprimento das normas e regras da República, por parte das educandas;

VII – Dar continuidade ao trabalho de acompanhamento familiar;

VIII – Cumprir as normas estabelecidas pelo Abrigo.

### **Título III**

#### **Das condições de ingresso**

##### **Capítulo I**

**Art.10º** - Para o ingresso no Abrigo , são necessários obedecer os seguintes critérios:

I – Considera-se como condição básica de ingresso o pedido da educanda;

II – Ser encaminhado através de Unidade de Abrigo, após análise do Programa que encaminha junto ao Conselho Tutelar.

III – Sendo que a República não caracteriza-se como abrigo provisório, os encaminhamentos serão procedidos de estudo de caso e visitas ao Projeto, visando a aceitação por parte da educanda a uma nova proposta de vida;



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

§ 1º Deverá ser encaminhado antecipadamente ao ingresso da educanda na República, os dados conseguidos até então.

§ 2º - O estudo de caso será realizado em conjunto com o Projeto que está efetuando o encaminhamento e equipe da República.

§ 3º - O encaminhamento não será realizado em conjunto com o Projeto que está efetuando o encaminhamento e equipe da República.

§ 4º - Considera-se caso especial, o encaminhamento emergencial, onde a vida da criança ou adolescente está em risco.

## **Título IV**

### **Dos Direitos e Deveres**

#### **Capítulo I**

#### **Dos Direitos**

**Art. 11º.** A educanda deve ser tratada com igualdade, sem distinção de raça, cor, religião, naturalidade ou origem social.

**Art. 12º.** - A educanda tem livre expressão de pensamentos e sentimentos, desde que ao fazê-lo respeite as normas básicas de educação.



**Art. 13º.** - A educanda tem o direito de defender-se de qualquer acusação, desde que ao fazê-lo respeite as normas básicas de educação.

**Art. 14º.** – A educanda não será objeto de violência, crueldade ou opressão de qualquer tipo.

**Art. 15º.** – A educanda deve ter tratamento respeitoso por parte das colegas e funcionários.

**Art.16º.** – A educanda tem liberdade de entrada e saída na República. “ Não se pode fugir, e sim, ser transferida”.

**Art. 17º.** – É garantida a assistência médica e odontologia às educandas da República.

**Art. 18º.** - A educanda tem direito a abrigo, alimentação, vestuário e educação, considerando-se os condicionantes do presente regimento.

## **Capítulo II**

### **Dos Deveres**

**Art. 19º .** - Devem ser respeitados os horários estabelecidos para funcionamento das atividades na República.

**Art.20º.** - A educanda deve participar assiduamente das atividades propostas.

§ 1º - Incluem-se aqui, tarefas e atividades de rotina da República.

**Art. 21º.** – A educanda deve respeitar o ambiente de convívio comum, nos seguintes termos:

I – Zelar e preservar o patrimônio móvel e imóvel da República;



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

II – Manter conduta adequada;

III – Realizar sua higiene pessoal diariamente;

IV – Fumar somente nos locais previstos (apenas fora da casa);

V – Tratar de forma respeitosa funcionários e colegas;

VI – Obedecer às determinações dos funcionários para o cumprimento das normas da República;

VII – Zelar pelo vestuário;

VIII – Guardar seus pertences em local adequado;

IX – Zelar pela limpeza do espaço físico da República.

**Art.22º.** – É vedada a utilização de pertences alheios sem autorização expressa da proprietária.

**Art.23º.** - A entrada de qualquer objeto(seja presente compra ou doação) só será permitida mediante a apresentação de nota fiscal, telefone ou endereço do doador.

§ 1º - O não cumprimento desta norma, implica na apreensão do objeto pelo prazo máximo de dois dias. Após, será encaminhado à SMCR, para os devidos procedimentos, em parceria com o Conselho Tutelar, junto aos órgãos competentes.

**Art.24º.** - Em hipótese alguma, será permitida a entrada de educandas sob efeito de drogas as mesmas serão encaminhadas à Clínica Heidelberg, ou aguardarão na FAS/SOS.

§ 1º. – A proibição dá-se ao fato da mesma “não responder pelos seus atos” e colocar em risco, a rotina diária da República.



## **Título V**

### **Da Disciplina**

**Art.25º.** - São considerados comportamentos inadequados:

I – Desrespeito ao espaço físico;

II – Desrespeito aos horários estabelecidos;

III – Roubo ou furto de qualquer objeto da República, bem como pertences das demais educandas;

IV – Agressões físicas;

V – Desrespeito aos horários estabelecidos;

VII – Comércio de objetos entre as educandas;

VIII – Pagamento por realização de tarefas de sua competência;

IX – Comportamentos desrespeitosos entre e durante passeios;

X – Uso e/ ou porte de drogas;

XI - Uso e/ou porte de armas ou objetos que possam ser utilizados com tal;

XII – Fornecer o endereço a pessoas que possam causar problemas à República e/ou comunidade;

§ 1º - Todas as decisões quanto as sanções deverão ser analisadas em conjunto pela direção e equipe.



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

§ 2º - Cabe à direção convocar para tal análise as pessoas de pertinência, bem como efetivar o encaminhamento cabível para o caso.

§ 3º - Aos itens acima citados, proceder-se-á da seguinte forma:

A) advertência verbal

A.a.) Aviso de advertência

B) Advertência por escrito

C) Advertência por escrito

D) Advertência por escrito

E) Encaminhamento para a Delegacia de Proteção ao Menor ou Juizado da Infância e da Juventude.

F) Encaminhamento ao Conselho Tutelar.

**Art. 26º.** - Em caso de ato infracional grave, o procedimento é o encaminhamento **imediato** para a Delegacia de Proteção ao Menor ou Juizado da Infância e da Juventude.

§ único – A educanda deve ser acompanhada por um funcionário indicado pela direção.



## **Titulo VI**

### **Do desligamento**

**Art.27º** - Consideram-se motivos para desligamento:

I – Retorno à família;

II – Não adaptação das educandas à proposta da República implicado em transferência para outra unidade ou programa

III – Ato infracional grave, com encaminhamento à autoridade competente;

IV – Completar 18 (dezoito) anos e adquirir maturidade emocional e independência financeira.

§ único – Todas as educandas serão avaliadas individualmente. Caso seja concluído que a educanda não está apta para o desligamento, será prorrogada sua permanência no Projeto por prazo pré-fixado.



## **Titulo VIII**

### **Dos funcionários**

**Art. 28º** - Cabe aos funcionários a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as seguintes normas:

I – Zelar pela organização e manutenção da República;

II – Zelar pela disciplina e comportamento das educandas;

III – Registrar em livros de ocorrência as situações de vigília e plantões;

IV – Encaminhar à coordenação os problemas cujas tentativas de solução

foram esgotadas;

V – Responsabilizar-se pelo repasse de informações quando necessários;

VI – Zelar pelo patrimônio móvel e imóvel da República;

VII – Participar de reuniões de rotina da República;

VIII – Manter sigilo sobre as questões tratadas na República, principalmente

as referentes as educandas.

IX – Atuar de forma integrada, agindo com cooperação, respeito e disciplina;

X – Manter postura pessoal condizente ao objetivo educativo do trabalho;



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Criança  
Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente - DCA

XI – Cumprir horário de trabalho, desempenhando adequadamente suas funções, sem interferir nas atribuições dos demais;

XII – tratar a educanda com respeito , estabelecendo o limite necessário em suas relações, orientando-as no uso adequado da liberdade.

**Art. 29º - É vedado aos funcionários:**

I – Beneficiar, gratificar ou presentear educandas;

II – Realizar negociações de empréstimo, trocas, compra ou venda de objetos com as educandas;

III – Agredir física ou verbalmente as participantes do Projeto;

IV – Permanecer em ociosidade, em seu horário de trabalho;

V – Fumar em locais não autorizados;

VI – Comercializar qualquer tipo do produto com os demais funcionários;

VII – Fornecer endereço e telefone pessoal ou de outrem às educandas;

VIII – Guardar objetos pessoais das educandas consigo;

IX – Ausentar-se durante o horário de trabalho sem prévia autorização da chefia;

X Trocar horários e/ou reuniões sem comunicar à chefia.